



■ Presidente **p. 5**

Exportações devem representar metade da riqueza produzida em Portugal



■ PSD **p. 6**

PS recorre a uma linguagem “própria de partidos extremistas”

# Povo Livre



nº 1885

22 de Julho de 2015

Director: Miguel Santos

Periodicidade Semanal - Registo na ERC

nº 105690 - Propriedade: PSD

## Reforço do sector social



*O Primeiro-Ministro esteve no concelho do Porto*

# PSD vai bater-se pela maioria absoluta



Em entrevista à SIC, a partir da residência oficial, em São Bento, Lisboa, dia 14, o presidente do PSD defendeu que as legislativas devem resultar num "ganhador inequívoco" com maioria absoluta para governar e remeteu uma decisão sobre candidaturas presidenciais para depois dessas eleições. "Eu dei tudo o que podia para oferecer aos portugueses uma solução política de estabilidade. Julgo que quem ganhar as eleições deve procurar ganhá-las com uma maioria absoluta, seja a coligação que eu lidero, seja o PS. É preferível que haja um ganhador inequívoco nas eleições, para que o país possa ter um Governo com estabilidade para governar", afirmou Pedro Passos Coelho.

Passos Coelho frisou que o país precisa de estabilidade e que, por isso, os partidos que concorrem para ganhar devem bater-se por ter "maioria absoluta". Recusou-se a dizer se se demitia caso perdesse as eleições, aludindo à questão da estabilidade.

Interrogado sobre as candidaturas às eleições presidenciais, o presidente do PSD reiterou que só falará do assunto depois das legislativas, acrescentando: "Independentemente de todos os factos, nós não iremos fazer nenhuma escolha daqui até lá, e eu não irei perder um segundo a falar sobre eleições presidenciais daqui até às eleições legislativas".

Nesta entrevista, Passos Coelho retomou a análise retrospectiva que fez na passada quinta-feira, num discurso na Gulbenkian, sobre o programa de resgate a Portugal - que nessa ocasião descreveu como contendo metas orçamentais "incumpríveis", revelando que Portugal esteve à beira de "uma falência do crédito".

O Primeiro-Ministro afirmou que foi eleito tendo como prioridade cumprir o programa de resgate a Portugal. "Aquele programa, quando eu o recebi não era cumprível, simplesmente não era cumprível. As contas estavam mal feitas, e não fui eu que as fiz", reiterou, destacando a redução do défice imposta para 2011, "correspondente a quatro pontos percentuais". "Eu nessa altura só tinha uma de duas escolhas para fazer, não tinha uma terceira. Ou dizia: vamos anunciar que este programa não é cumprível e, portanto, antes sequer de o começarmos a executar, vamos requerer um segundo programa - e a minha profunda convicção é de que estaríamos hoje como a Grécia - ou vamos dar tudo por tudo, diga-se o que se disser sobre o que eu disse na campanha eleitoral, diga-se o que se disser sobre aquilo que eram as medidas que estavam inicialmente no memorando de entendimento", justificou.

Passos Coelho não quis adiantar o que pretende fazer,

como presidente do PSD, se perder as legislativas: "Eu não vou fazer nenhum cenário pós-eleitoral, estou absolutamente comprometido com o resultado destas eleições".

Quanto ao programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP designada "Portugal à Frente", disse não o querer "apresentar à pressa" e voltou a considerar que "a estratégia do Governo é conhecida". Segundo o Primeiro-Ministro, essa estratégia consiste numa "recuperação da economia liderada pelas exportações" e na "criação de emprego e geração de rendimento através de novo investimento em Portugal" e implica "ir removendo progressivamente as medidas de austeridade", com "prudência".

Relativamente ao modelo proposto pelo PS, apontou-o como "uma escolha arriscada", que já deu maus resultados no passado. "Julgo que nós temos uma proposta que não fará regredir Portugal. E quando olho para o PS noto que o PS aprendeu muito pouco com os erros do passado e está a advogar hoje as mesmas receitas do passado. Mas vamos fazer a campanha eleitoral e vamos ver o que é que ela dá. Espero que possa dar um Governo com estabilidade", concluiu.

## "As contas do memorando estavam mal feitas"

Pedro Passos Coelho explicou que foi forçado a ir "além" do memorando porque "as contas estavam mal feitas". E acrescentou: "E não fui eu que as fiz". O Primeiro-Ministro acredita que se as medidas não tivessem sido estaríamos hoje como está a Grécia e troika ainda estava cá".

O Primeiro-Ministro não se importa de ser o "rosto" da austeridade, uma vez que acredita também ser o "rosto" da recuperação, acreditando que os partidos da maioria governamental têm ganho força junto do eleitorado. "Há um ano ninguém diria que PSD e CDS podiam ganhar as eleições", destacou o Primeiro-Ministro, lembrando que após as Europeias ("onde o PS considerou não ter tido os melhores resultados e por isso mudou o seu líder") havia "80 por cento de pessoas que achavam que o PSD não ia ganhar as eleições legislativas".

O Primeiro-Ministro focou o futuro e a próxima legislatura na questão da "estabilidade" e da "previsibilidade", assumindo-se como "previsível" e "coerente". Quanto ao programa de PSD e CDS, Passos Coelho disse que, apesar de constar do Programa de Estabi-

lidade apresentado a Bruxelas, "não terá que haver, necessariamente, um corte de 600 milhões de euros nas pensões", acrescentando que dependerá do que for discutido com o PS. O primeiro-ministro mostra-se, no entanto, preocupado com a sustentabilidade da Segurança Social.

Ainda na temática da Segurança Social, Passos Coelho atacou o programa eleitoral do PS no que à TSU diz respeito, dizendo que "reduzir as contribuições para a segurança social para que as pessoas gastem mais dinheiro agora e recebam menos dinheiro de reforma no futuro, como quer o PS, é uma solução arriscada".

Para o Primeiro-Ministro a estratégia económica do PS, "assente no consumo interno", é um regresso ao passado, às políticas que "levaram à dependência externa". Passos Coelho diz que o país "não pode repetir os erros do passado" nem "voltar a ter a troika, como aconteceu três vezes nos últimos 40 anos".

Quanto ao emprego, Passos Coelho diz que "há menos empregados em tempo parcial e mais em tempo completo", defendendo que "a precaridade diminuiu, ao contrário do que muitas vezes se apregoa". Passos acredita que o crédito fiscal vai ser uma realidade, apesar de depender do sucesso receitas fiscais. "Nós somos prudentes, por isso este ano ainda há sobretaxa", acrescentou o Primeiro-Ministro.

O Primeiro-Ministro ressaltou que "o programa ainda não está fechado, há um acordo de princípio". Passos Coelho espera que Alexis Tsipras "se bata para que o acordo seja aprovado". Passos Coelho lembrou que "a Grécia teve condições que nenhum outro país europeu teve" para cumprir as metas, lembrando que o país helénico "não paga juros durante 10 anos dos empréstimos europeus".

O Primeiro-Ministro garante que "houve sempre unanimidade no Eurogrupo" quanto à situação grega, mas admitiu que o Eurogrupo tinha preparado um cenário de saída que "podia ser do interesse da Grécia". Passos Coelho salientou que no Eurogrupo todos contribuíram para um acordo e que, por isso, "é importante não criar ficções". "A posição da Alemanha não era uma posição de ameaça à Grécia, era uma questão de discutir todas as possibilidades com o Governo grego. O Governo grego poderia ter interesse, durante algum tempo, em colocar-se fora das regras do euro para poder aplicar uma política económica diferente que as regras do euro não consentem. Se não tivesse havido um acordo, nós teríamos de preparar um cenário desse tipo", sustentou.

O Primeiro-Ministro no Porto

## Reforço do sector social



Pedro Passos Coelho afirmou estar convencido que os próximos anos terão de ser dedicados ao combate às desigualdades, adiantando pretender “renovar e reforçar” a parceria com as instituições do sector social. “Estou convencido que os próximos anos terão mesmo de ser dedicados a uma aposta muito significativa no combate às desigualdades”, afirmou Passos Coelho, dia 15, no Porto, na cerimónia de inauguração do novo Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto (MIPO). De acordo com o Primeiro-Ministro, “dentro do combate sem tréguas” que terá que ser feito às desigualdades, “torna-se ainda mais importante reforçar essa parceria com todo o sector social”, porque “o Estado não tem capacidade só por si”. Passos Coelho sublinhou pretender “renovar e reforçar a grande parceria para futuro” entre o Estado e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, bem como “todas as instituições de solidariedade social”. Estas parcerias “hão-de permitir, nos próximos anos, que todos, enquanto sociedade, possamos realmente executar uma obra de sociedade mais justa e que ofereça à generalidade das pessoas a expectativa de ter uma vida com mais liberdade, mas também mais condigna”, frisou o chefe do Governo. Passos Coelho salientou que os indicadores actuais mostram uma evolução no bem-estar da sociedade, contudo, há “desafios novos”, o que obriga a investimentos constantes. “Esse investimento hoje tem de ser contínuo, essa sociedade de conhecimento renova-se e aprofunda-se a cada dia que passa e novos desafios são, portanto, colocados à nossa frente, que obrigam as instituições a nunca descurar os aspectos que estão relacionados com a necessidade de dar a todos uma igualdade de oportunidades e de dar a todos a oportunidade de viver condignamente”, disse. Após a inauguração, o primeiro-ministro realizou um percurso a pé de cerca de meia hora pela zona da Ribeira do Porto, acompanhado pelo autarca da cidade, o independente Rui Moreira.

Desceu as renovadas ruas das Flores e de Sousa Viterbo, bem como a Mouzinho da Silveira, até à Casa do Infante, sob o olhar atento dos turistas e populares que por ali andavam e das dezenas de agentes da PSP, que iam cortando ruas para a comitiva passar. Passos Coelho, que visitou a exposição sobre Emílio Biel patente na Casa do Infante, terminou o passeio a pé na avenida Gustavo Eiffel, na marginal ribeirinha, para conhecer as novas varandas sobre o Douro que foram construídas na zona da ponte Luís I no âmbito de uma empreitada da Águas do Porto. À boleia da paragem junto à ponte, o vereador do Urba-

nismo da Câmara do Porto apresentou a Passos Coelho o projecto que Porto e Gaia têm para alargar a travessia inferior. Entre cumprimentos pela sua passagem naquela zona da cidade, como “cuidado com a carteira”, o Primeiro-Ministro foi essencialmente fotografado ao longo de todo o percurso, de cerca de um quilómetro.

### 40 milhões de euros no “Acordo do Porto”

O Primeiro-Ministro aproveitou para elogiar o “pragmatismo” do presidente da Câmara do Porto, que colocou o “interesse de todos” acima de “coisas pequeninas que





apenas subtraem à ambição colectiva” no processo que acabou com vários diferendos com o Estado. “Independentemente das preferências partidárias que possam existir, é importante que consigamos ver o interesse geral, o interesse de todos, antes de outras coisas mais pequeninas que, às vezes, são suficientes para travar resultados que só subtraem à nossa ambição colectiva”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O governante falava na Câmara do Porto após o anúncio sobre o designado “Acordo do Porto”, que põe fim a vários contenciosos judiciais existentes entre a autarquia e o Estado, nomeadamente sobre o aeroporto, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP), a manutenção da ponte do Infante, a Metro do Porto e a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU).

De acordo com o Primeiro-Ministro, o acordo foi alcançado porque houve um pragmatismo muito grande e muito pouco preconceito”, nomeadamente por parte do município e do seu autarca. “É com estas atitudes que podemos ir além do que conquistamos e lograr ter uma sociedade mais próspera e mais justa”, afirmou Passos Coelho. “Vacilar sobre as nossas apostas em termos de desenvolvimento pode representar um retrocesso muito grande”, notou. Desta forma, o Primeiro-Ministro felicitava Rui Moreira por “ter ajudado” o Governo “a resolver” o “problema” dos processos judiciais pendentes, mas essencialmente pelo trabalho que está a desenvolver no Porto.

De acordo com Passos, “o Porto é uma cidade que tem uma enorme relevância no contexto nacional”, que está a sofrer uma “mudança muito acelerada sem descaracterizar aquilo que são as origens e tradições”. “Uma boa gestão da área pública não pode deixar de beber neste contexto de profunda mutação que está a decorrer”, observou.

Passos Coelho reconheceu ainda o “esforço sério” da Câmara e dos “sectores envolvidos por parte da admi-

nistração central que permitiram pôr um ponto final em assuntos que se arrastaram por dezenas de anos”.

O Governo vai atribuir à Câmara do Porto mais de 40 milhões de euros para avançar com o terminal intermodal de Campanhã e resolver diferendos relacionados com o Aeroporto, a STCP, a Metro, a manutenção da ponte do Infante e a Sociedade de Reabilitação Urbana. O anúncio sobre o designado “Acordo do Porto” foi feito nos Paços do Concelho pelo presidente da autarquia, Rui Moreira. De acordo com o autarca local, a Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) vai passar a ser detida em 100 por cento pelo município sem perder o financiamento do Governo nos próximos cinco anos, o terminal intermodal de Campanhã avança no imediato a cargo da autarquia e esta, no total do acordo, é indemnizada devido aos terrenos do Aeroporto e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP). Ao mesmo tempo dá-se por concluída uma divergência e uma dívida com a Metro do Porto devido às obras na avenida da Boavista. Os processos relacionados com o aeroporto e a STCP eram alvo de contenciosos judiciais antigos entre a autarquia e o Estado. Relativamente à ponte do Infante, fica também sanado o diferendo que levou o Estado a responsabilizar a autarquia pela manutenção da travessia. “O Estado entendia que a Câmara devia pagar e a Câmara entendia que não. Com este acordo a Câmara do Porto não vai ter de pagar o valor que está para trás”, disse à Lusa o adjunto do presidente da autarquia, Nuno Santos.

**Grécia: Se o Governo de Atenas não acreditar nas reformas é difícil que outros acreditem**

Pedro Passos Coelho considera que se o Governo grego, que vai conduzir as reformas, não acreditar nesse

processo “tornar-se-á progressivamente difícil que os outros acreditem que elas vão ser realizadas”. Em declarações aos jornalistas, o Primeiro-Ministro foi questionado sobre a recente entrevista do líder do Governo de Atenas - na qual Tsipras disse não acreditar no acordo - alertando Pedro Passos Coelho que “se esse espírito espelhado na observação do primeiro-ministro grego for uma constante desses três anos [do programa] evidentemente que isso não é um bom sinal”. “Se o próprio Governo que vai conduzir o processo de reformas que precisam de ser feitas não acreditar nesse processo, tornar-se-á progressivamente difícil que os outros acreditem que elas vão ser realizadas”, sublinhou. Passos Coelho começou por dizer não querer comentar as palavras de Tsipras, uma vez que “o compromisso a que se chegou envolveu todos os países da zona Euro, incluindo a Grécia”, mas afirmou perceber que o primeiro-ministro grego “tenha necessidade de apresentar uma explicação política para o que aconteceu e para o facto de ter dado o seu acordo a um compromisso global que o envolveu a ele”. “Nós dissemos que se não houvesse a reconstrução de condições de confiança o programa não iria funcionar. Os programas são dos países, se eles não se apropriam dos seus objectivos é muito difícil que os outros acreditem que eles vão ser cumpridos e eu espero que seja esse o espírito que o Governo grego vai evidenciar”, avisou.



**WWW.PSD.PT**

Fórum de negócios Moçambique-Portugal

# Exportações devem representar metade da riqueza produzida em Portugal

O Primeiro-Ministro deseja que as exportações portuguesas ultrapassem os 50 por cento do PIB em 2020, situando-se nos 46 por cento em 2017, permitindo atingir níveis semelhantes aos de países europeus da mesma dimensão. “Em 2009, o peso das exportações no produto (PIB) era apenas de 29 por cento, em 2014 ultrapassou os 40 por cento, mas nós queremos alcançar até 2020 uma meta superior a 50 por cento, com 46 por cento até final de 2017, o que nos colocará em níveis semelhantes aos de outros países europeus da nossa dimensão”, afirmou Passos Coelho, perante uma plateia de empresários portugueses e moçambicanos, na sessão de abertura do fórum de negócios Moçambique-Portugal, que decorreu dia 17, na sede da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa.

“Nos últimos quatro anos mostrámos que é possível recuperar competitividade e sem recurso a desvalorizações cambiais, através de um esforço público e privado, de reorientação de recursos e prioridades, que nos oferece mais condições de sustentabilidade do nosso crescimento económico”, continuou Pedro Passos Coelho: “Pela primeira vez em décadas a nossa balança é excedentária, o nosso défice orçamental situar-se-á este ano abaixo de 3%, o que nos permitirá pela primeira vez desde a existência do euro sair do procedimento por défice excessivo”.



Para o Primeiro-Ministro, o “crescimento económico e a criação de emprego são as principais apostas”, que vinhou que “a alavanca para a prosperidade futura” passa por “reformas estruturais abrangentes” feitas até aqui e que continuarão no futuro. Na opinião do Primeiro-Ministro, “tanto Moçambique como Portugal estão numa conjuntura positiva de crescimento” que deve ser aproveitada, tendo apelado à criação de parcerias entre as empresas portuguesas e moçambicanas. “Estamos atentos às oportunidades que nos esperam, aguardamos com expectativa que a aposta seja nos dois sentidos e que comecem a surgir investimentos também de empresas moçambicanas em Portugal”, declarou Passos Coelho perante os investidores dos dois países e o Presidente da República de Moçambique, referindo que, em 2014, Portugal foi o quarto país que mais investiu em Moçambique.

Na sessão de abertura intervieram também o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, o presidente da Aicep Portugal Global, Miguel Frasilho e o presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Rogerio Manuel.

No sábado, o Primeiro-Ministro recebeu, em audiência, o presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, no Palácio de S. Bento, em Lisboa.

O chefe de Governo acrescentou também que o país tem ganho quota de mercado nos mercados de exportação. “Também diversificámos, com uma extraordinária rapidez, as trocas comerciais para fora da União Europeia, e com a retoma económica da Europa e o aprofundamento do mercado interno, beneficiaremos também do crescimento económico dos nossos parceiros mais próximos, como de resto está bem patente já com o caso espanhol”, declarou.

Passos Coelho considerou ainda que “todas estas conquistas, todos estes valores”, revelam que Portugal tem “uma base muito mais sólida e sustentável para o crescimento económico futuro, já não assente meramente no consumo interno financiado por excesso de endividamento público e privado, mas antes da produtividade, na criatividade, na inovação e na competitividade. “Queremos que a economia portuguesa seja uma das mais abertas da Europa para que possamos crescer sem estarmos limitados pela pequena dimensão do nosso mercado interno”, sublinhou o Primeiro-Ministro, acrescentando que o país percorreu “um exigente caminho de eliminação de desequilíbrios estruturais de que a economia padeceu durante demasiado tempo”.



## PS recorre a uma linguagem “própria de partidos extremistas”



O vice-presidente coordenador do PSD acusa o secretário-geral do PS de “estar zangado com as boas notícias” sobre o emprego e de utilizar uma linguagem “própria de partidos extremistas”. “O doutor António Costa tem persistido numa linguagem inapropriada e desadequada para alguém que quer ser candidato a Primeiro-Ministro”, afirmou à Lusa Marco António Costa, considerando que a linguagem do líder do PS “é própria de partidos extremistas e não de partidos de responsabilidade e do arco da governação”. No sábado, António Costa criticou o Governo, a propósito da taxa de desemprego.

O vice-presidente e porta-voz do PSD entende que “era bom que António Costa não estivesse chateado com as boas notícias para os portugueses e abandonasse uma linguagem de uma agressividade inusitada e que é imprópria para alguém que quer ser candidato a Primeiro-Ministro”.

Marco António Costa acusa o líder dos socialistas de tentar “escamotear a realidade ao tentar desmentir os números do Instituto Nacional de Estatística, que comprovam que o emprego em Portugal cresceu 175.000 postos de trabalho nos últimos meses”, recuperação essa do emprego, que, acrescentou, “é comprovada ainda recentemente pelo aumento da produção industrial, que cresceu o dobro do que na zona euro”. “O doutor António Costa está zangado com as boas notícias que o país tem tido, porque isso não ajuda a campanha política do PS, mas a realidade é o que é e ele não a pode mudar”, declarou, considerando “inapropriado chamar mentiroso ao Primeiro-Ministro”.

## PSD e do CDS-PP formalizam coligação “Portugal à Frente”

O PSD e o CDS-PP entregaram, dia 20 de Julho, no Tribunal Constitucional o processo de legalização e registo formal da coligação “Portugal à Frente” para as eleições legislativas do próximo Outono. O processo foi entregue pelo secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, e pelo secretário-geral do CDS-PP, António Carlos Monteiro. A coligação aprovará as listas conjuntas à Assembleia da República no dia 30 de Julho, em conselhos nacionais dos dois partidos, os órgãos máximos entre Congressos.

No dia 25 de Abril, o Primeiro-Ministro e presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, e o vice-



Primeiro-Ministro e presidente do CDS-PP, Paulo Portas, assinaram um compromisso para uma coligação entre os respectivos partidos nas legislativas. No dia 3 de Junho, PSD e CDS-PP apresentaram um documento intitulado “Portugal no caminho certo”, com as “linhas de orientação geral para a elaboração do programa eleitoral” da coligação, associado a uma “carta de garantias”, documentos que foram há duas semanas aprovados pelos conselhos nacionais dos partidos.

# Portugal e Espanha garantem maior coordenação em situações de seca



Portugal e Espanha comprometeram-se a “ir mais longe” na articulação, partilha de informação e coordenação em situações de seca, anunciando ainda uma candidatura conjunta a fundos europeus para actualizar a rede de monitorização das massas de água. Estas são algumas das conclusões da 3.ª Conferência das Partes da Convenção de Albufeira, sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, que juntou, dia 20, no Porto o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, e a ministra da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente espanhola, Isabel Garcia Tejerina. “Pela primeira vez, os dois países decidiram que é necessário ir mais longe ao nível da coordenação, articulação e partilha de informações nessas situações de seca”, destacou Jorge Moreira da Silva na conferência de imprensa conjunta. Segundo o governante, “há responsabilidades de cada um dos Governos na gestão desse tema e, depois, há uma outra dimensão que é partilha de informação e uma maior cooperação”, tendo a Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC) sido mandatada “para que agora possa detalhar os procedimentos a desencadear dos dois lados”.

“É importante ir mais longe e também podermos ordenar de uma forma mais adequada as situações de seca”, reiterou, esclarecendo que não se está numa situação de seca hidrológica, mas sim numa situação de escassez do ponto de vista meteorológico.

Outra das conclusões “está relacionada com a actualização da rede de monitorização”.

Segundo Jorge Moreira da Silva, “pela primeira vez os dois países decidiram avançar para avaliação da rede de monitorização” das massas de água, apresentando, até Setembro de 2016, uma candidatura conjunta aos fundos da União Europeia para o financiamento desta rede. Será ainda dado “um maior enfoque na temática da qualidade e não apenas da quantidade”. “É importante que a cooperação entre Portugal e Espanha, agora que temos planos de gestão de região hidrográfica que estão em discussão pública e com medidas muito mais exigentes ao nível da qualidade, se possa (...) centrar muito nessa dimensão”, justificou o ministro.

Para Isabel Garcia Tejerina, o objectivo destes compromissos assumidos pelos dois Governos é fazer “a melhor gestão em matéria de água sobre vários pontos de vista”. “Fizemos avanços muito importantes nestes três anos”, explicou a governante espanhola,

acrescentando que a coordenação nesta área entre Portugal e Espanha é “exemplar a nível internacional”.

A aposta conjunta na qualidade foi um dos pontos também destacados por Isabel Garcia Tejerina, reafirmando o compromisso da Convenção de Albufeira relativamente ao cumprimento das medições dos caudais ecológicos.

“Uma das dimensões mais relevantes do combate às alterações climáticas está precisamente associado à necessidade de nos adaptarmos às consequências da mudança climática sobre a escassez dos recursos hídricos em vários países, mas também na Península Ibérica”, disse, por seu turno, Jorge Moreira da Silva. Segundo o ministro português, “2015 foi um ano muito importante na cooperação entre Espanha e Portugal na área da água. Nos últimos três anos foram realizadas 19 reuniões dos grupos de trabalho técnicos mas, em apenas um ano, eu e a ministra espanhola reunimos por três vezes sobre a temática da água”.

## Conclusões da 3.ª Conferência das Partes da Convenção de Albufeira

No âmbito da gestão dos rios internacionais, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, e a ministra da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente espanhola, Isabel Garcia Tejerina, decidiram hoje, na 3ª Conferência das Partes da Convenção de Albufeira (COP3), proceder a uma avaliação conjunta e integrada das redes de monitorização existentes nos dois países de modo a actualizar e densificar com vista o obter mais e melhor informação. Com esta avaliação pretendem dotar-se os dois países de melhor informação e monitorização do estado dos rios internacionais, com vista à melhor gestão das bacias partilhadas, tendo os ministros decidido ainda preparar um projecto conjunto luso-espanhol para a sua actualização e eventual densificação, mobilizando fundos comunitários.

Os ministros analisaram a situação hidrometeorológica nas quatro bacias partilhadas e constaram que, apesar da ocorrência de precipitações reduzidas no ano hidrológico em curso, inferiores à média, tem sido possível assegurar os usos e os caudais ecológicos, com as reservas existentes nas albufeiras. O cumprimento do regime de caudais acordado na Convenção está portanto a ser assegurado e, perante a potencial ocorrência de situações de seca, Portugal e Espanha implementam as medidas que se consi-

derarem necessárias para a regulação dos caudais, tendo ambos os países acordado intensificar os mecanismos de coordenação e acompanhamento neste domínio.

Neste sentido, Moreira da Silva e Garcia Tejerina mandataram a Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção (CADC) para desenvolver medidas destinadas a fazer face a potenciais situações de seca, nomeadamente, através da realização de estudos conjuntos sobre secas e situações de escassez que permitam definir acções para mitigar os seus efeitos.

A COP3 destacou o trabalho desenvolvido pelas delegações dos dois países no seio da CADC, no domínio do planeamento conjunto, tendo ratificado o conjunto de elementos comuns a incluir nos Planos de Gestão de Região Hidrográfica 2016-2021 (PGRH). Tendo em vista aprofundar a implementação das disposições relativas à cooperação internacional em bacias partilhadas, a Conferência das Partes decidiu mandar a CADC para elaborar um documento conjunto sobre os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) das bacias internacionais partilhadas, com o objectivo de informar o público e a Comissão Europeia sobre os progressos alcançados por Portugal e Espanha nesta matéria.

Após duas Convenções das Partes, realizadas em 1998 e 2008, esta terceira sessão surgiu na sequência da intensificação das relações bilaterais entre Portugal e Espanha, no âmbito da gestão dos recursos hídricos, concretizada em três bilaterais entre os ministros Moreira da Silva e Garcia Tejerina no espaço de um ano e em 18 reuniões de nível técnico dos grupos de trabalho temáticos nos últimos três anos. A Convenção de Albufeira, assinada pelos dois países na Cimeira de Albufeira em 30 de Novembro de 1998 e em vigor desde Janeiro de 2000, define as normas para a protecção e o desenvolvimento sustentável das águas transfronteiriças e cria a Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção (CADC), sede adequada à coordenação da gestão das águas dos rios comuns.

As relações luso-espanholas no domínio dos recursos hídricos foram reguladas ao longo do tempo por diversos instrumentos jurídicos bilaterais, destacando-se o Tratado de Limites de 1864, os Convénios de 1927 e 1964 para regular o aproveitamento hidroelétrico do Douro e seus afluentes e o Convénio de 1968 destinado a regular o usos e o aproveitamento hidráulico dos troços internacionais dos rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus efluentes.

Informação produzida no âmbito da CADC é disponibilizada no endereço: [www.cadc-albufeira.eu](http://www.cadc-albufeira.eu)



# OCDE considera programa de modernização administrativa um “sucesso”

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, referiu-se a um relatório da OCDE (Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Económica), que classifica como um sucesso o programa de modernização administrativa portuguesa. “Um relatório da OCDE, [divulgado] dia 13 de Julho, foi uma surpresa muito positiva. O programa Aproximar é dado como um exemplo de sucesso e reforma estrutural profunda”, disse Poiães Maduro, na sessão de encerramento do I Fórum da Modernização Administrativa Local, que decorreu na Figueira da Foz.

O ministro destacou ainda o contributo das autarquias, considerando que se o programa Aproximar (estratégia para a reorganização dos serviços de atendimento da Administração Pública) “é viável, é porque tem a colaboração da administração local”.

O programa governamental levou à reformulação das Lojas do Cidadão e à criação de uma rede de balcões únicos: “mais de 800 estão já contratualizados em todo o país, são mais de 160 serviços de 15 entidades da Administração Pública ao dispor dos cidadãos”, adiantou Poiães Maduro.

O membro do Governo disse ainda que a reorganização do atendimento dos serviços do Estado resultou num “novo modelo de racionalidade e eficiência com ainda mais proximidade” para as pessoas, “evitando que para acederem a certos serviços tenham de se deslocar à sede do concelho”.

Poiães Maduro frisou ainda que os municípios portugueses irão medir “cada vez mais” o seu sucesso, “não pelo que fazem directamente, mas por aquilo que conseguem que outros façam”, aludindo, este outros as-

pectos, à atracção de investimento e redução de custos de contestos para as empresas instaladas nos territórios municipais.

“É fundamental que as autarquias façam, cada vez mais, um esforço de modernização administrativa e este Fórum e a partilha de boas práticas confirma que esse esforço está a ser feito”, sustentou.



# Exportações de vestuário atingem os 1.186 milhões nos primeiros cinco meses

As exportações portuguesas da indústria de vestuário e confecção cresceram 1,4 por cento nos cinco primeiros meses deste ano, para 1.186 milhões de euros, face a igual período do ano passado. As importações de vestuário e confecção, por sua vez, ascenderam a 740 milhões de euros até maio deste ano.

O sector do vestuário, confecção e moda tem vindo a apresentar “um crescimento sustentado”, explica a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção (ANIVEC/APIV), lembrando que se trata de “um mercado volúvel e de rápida renovação, com a sazonalidade e os curtos ciclos de vida dos produtos a criarem desafios acrescidos para a manutenção da vantagem competitiva”.

Além disso, realça, o sector “tem sabido desenvolver este reconhecimento pela diferenciação e afirmação de qualidade/conformidade”. “Apesar de enfrentar muitas dificuldades na sua manutenção [o sector], tem sabido garantir também a sua consistência”.

A balança comercial da indústria de vestuário e confecção continua assim positiva, com um saldo de 446 milhões de euros, refere um comunicado da ANIVEC/APIV.



# Portugal regista terceira maior subida da produção industrial



A produção industrial aumentou 3,2 por cento em Portugal, em Maio face ao mesmo mês de 2014, enquanto na zona euro foi de 1,6 por cento. Já na comparação com o mês anterior, a produção industrial baixou 0,4 por cento na zona euro, sendo que neste caso em Portugal melhorou 1 por cento. Este foi mesmo o terceiro maior aumento entre os 28 países da União Europeia (UE). Quanto aos dados para a União Europeia, em Maio, a produção industrial cresceu 2 por cento em termos homólogos e 0,3 por cento na variação em cadeia. Na comparação mensal, destaque para os avanços da Croácia (2,6 por cento), da Lituânia (1,7 por cento) e de Portugal (1,0 por cento) e para as quedas de Irlanda (-6,9 por cento), Holanda (-5,7 por cento) e Grécia (-5,1 por cento).

# Saúde portuguesa prepara-se para a internacionalização

A saúde portuguesa tem “todas as condições para a internacionalização”, defendeu o responsável pela tutela, Paulo Macedo, durante a 11.ª conferência sobre economia da saúde, em Rostock, na Alemanha. “Temos uma medicina de alta qualidade, equipamentos e estruturas públicas e privadas modernas, conhecimento científico e tecnológico avançado. Temos empresas tecnológicas de base saúde altamente diferenciadas, com caminho internacional de sucesso percorrido, onde a inovação é a sua matriz diferenciadora. A internacionalização tecnológica e científica, nomeadamente a investigação clínica e os ensaios clínicos são já hoje, e nesta fase, um motor em aceleração que turbinam o ‘conhecimento’”, afirmou o governante.

Recordando aos 140 milhões de euros conseguidos de financiamento para a investigação em 2014 no programa Horizonte 2020, Paulo Macedo abordou também os acordos firmados entre os hospitais portugueses e instituições de caixas públicas de saúde de outros países ou seguradores internacionais.

O governante aludiu ainda à importância do turismo de saúde e à sua relação com o turismo médico e científico e às áreas de excelência conseguidas em Portugal em várias áreas, como na oftalmologia ou transplantação hepática, cardíaca e renal.

“A este respeito da internacionalização da saúde, impõe-se sempre fazer referência enfática à singular condição de Portugal estar integrado na comunidade de língua oficial portuguesa, com países como Angola, Brasil ou Moçambique, cujas autoridades anseiam por elevar os seus cidadãos a patamares mais elevados de cuidados de saúde”.

Portugal, defendeu Paulo Macedo durante a conferência, “é hoje um país atractivo, com facilidades fiscais e com vantagens assinaláveis, que radicam no capital de credibilidade e ambição e de segurança do investimento”. A questão do envelhecimento activo e a pressão exercida sobre os estados naquilo que diz respeito a novos medicamentos inovadores e tratamentos que exigem grandes custos mereceu igualmente a atenção do governante, que exigiu um “debate que deve ser europeu e com soluções europeias, que resguardem as economias mais frágeis de uma possível captura financeira por gigantescos empórios industriais farmacêuticos”.

Paulo Macedo disse também que o sistema público de saúde está hoje dotado de robustez suficiente para começar a preparar-se para a sua autonomia e para lançar as bases para assegurar a atractividade para o exercício profissional em dedicação plena.

O serviço nacional de saúde (SNS), que se “constitui como um tema de amplo consenso nacional”, deve ser “pedra angular da vida nacional”, após “saradas ineficiências, contidos desperdícios, anulados maus funcionamentos, corrigidas irregularidades, tratadas iniquidades”.

Feito este caminho, continuou Paulo Macedo, o SNS preocupa-se agora com a sua optimização: “aproveitamento integral dos recursos disponíveis, cuidadosa monitorização dos custos, criteriosa distribuição das oportunidades, rigorosa atribuição das prioridades, intenso esforço de actualização tecnológica em instrumentos médicos e em medicamentos, activo incremento das oportunidades de formação dos profissionais”.

Portugal foi o país convidado da 11.ª conferência de Rostock e está representado pelo ministro da Saúde, pelo embaixador português em Berlim, Luís de Almeida Sampaio, e pela Centro PT Health Alliance, estrutura suportada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que engloba hospitais, universidades, parques tecnológicos, Administração Regional de Saúde, Turismo do Centro, Ageing @Coimbra e várias empresas.



## Portugal perto de garantir acesso à Aliança M8, o G8 da saúde mundial

A candidatura portuguesa à rede de instituições académicas de saúde Aliança M8 teve “grande receptividade”. A Aliança M8 surgiu do grupo G8, mas destina-se à área da saúde e envolve 17 membros de 13 países. Portugal surgirá representado pelo Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.

A BME é uma associação com mais de 9.000 membros individuais e corporativos, desde grandes a pequenas empresas, que tem como volume de bens e serviços adquiridos cerca de 1,25 mil milhões de euros por ano. Todos os anos, 2.000 compradores participam em Berlim no fórum organizado pela BME - volta a realizar-se em Fevereiro de 2016 - e o presidente da associação, Christopher Feldmann, que elogiou a competitividade portuguesa, disse hoje aos jornalistas que as empresas portuguesas terão facturado em anteriores participações aproximadamente 100 milhões de euros.

O ministro da Saúde, que hoje terminou uma visita de dois dias à Alemanha, abordou ainda a reunião que manteve com o hospital Charité, em Berlim, o maior hospital universitário da Europa, que terá demonstrado igualmente interesse em colaborar com os centros hospitalares de S. João, no Porto, Lisboa Norte (Santa Maria) e Coimbra.

O responsável da tutela recebeu ainda na embaixada portuguesa em Berlim um conjunto de investigadores da área da saúde radicados na Alemanha e admitiu que Portugal quer aumentar a valorização da investigação clínica.

Paulo Macedo quer igualmente capturar mais ensaios clínicos para Portugal, até porque esta pode ser uma importante fonte de receita para os hospitais que têm centros com estas valências.

Os investigadores abordaram com Paulo Macedo a evo-

lução das suas carreiras em países estrangeiros e um deles, António Nunes, que investiga na área da imagem médica correlacionada com a oncologia, em Munique, depois de um doutoramento em Londres, assumiu o desejo de um dia regressar, até para retribuir aquilo que Portugal investiu na sua formação: “Mas a ciência é algo sem fronteiras, assim como a investigação. Faz-se muito boa investigação em Portugal”.

A despesa com a saúde em Portugal vai aumentar nos próximos anos na sequência da recuperação dos salários, investimentos em novas unidades de cuidados continuados e ainda com uma atenção reforçada na inovação terapêutica.

Paulo Macedo, que esteve no ministério alemão da saúde, explicou que responsáveis alemães do sector revelaram atenção com o envelhecimento e procuraram saber que estratégia Portugal está a utilizar com os cuidados continuados.

De acordo com o governante, existe no norte da Europa uma questão demográfica que será necessário resolver na base: é preciso aumentar a natalidade para se equilibrar a rede de cuidados aos mais idosos, já que a esperança de vida tende a aumentar, aliás, como em Portugal, sinal de uma melhor qualidade de vida.

# Poupança de 594 milhões de euros com renegociação das concessões Norte Litoral e Beira Interior

O Governo aprovou, no dia 16, alterações aos contratos das concessões rodoviárias Norte Litoral e Beira Interior, que representam uma poupança para o erário público de cerca de 594 milhões de euros, anunciou o secretário de Estado Sérgio Monteiro. Em conferência de imprensa, no final do Conselho de Ministros, o secretário de Estado das Infra-estruturas, Sérgio Monteiro,

explicou que esta poupança soma-se à de cerca de dois mil milhões de euros com as primeiras seis parcerias público-privadas (PPP) renegociadas - Norte, Grande Lisboa, Costa da Prata, Grande Porto, Beira Litoral e Beira Alta da Ascendi e da concessão do Interior Norte da NorScut, cujo peso para o erário público passou de 11.400 milhões de euros para menos de 9.500 milhões

de euros. O processo de renegociação das PPP rodoviárias permite uma redução de encargos futuros estimada pelo Governo de 7,2 mil milhões de euros ao longo do prazo remanescente dos contratos.

## Conselho de Ministros de 16 de Julho de 2015

**1.** O Conselho de Ministros aprovou a alteração dos contratos, e respectivas minutas, de duas concessões relativas à concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estradas e conjuntos viários associados designadas por Norte Litoral e Beira Interior.

Estas alterações integram-se no processo de renegociação de um conjunto de Parcerias Público-Privadas do sector rodoviário (PPP) determinado pelo Governo, com o objectivo de reduzir sustentadamente os correspondentes encargos públicos, contribuindo para a viabilização financeira do sector e a sustentabilidade futura das contas públicas.

Entre as áreas contempladas nas alterações agora aprovadas estão:

- A redução expressiva da taxa interna de rendibilidade accionista de referência prevista no caso base;
- A optimização dos níveis de operação aplicáveis, tendo em consideração, nomeadamente, a alteração do quadro regulatório do sector rodoviário e o volume de tráfego actual e previsto até ao final do contrato;
- A redefinição da responsabilidade do Estado pelo financiamento e pagamento das grandes reparações de pavimento, que deixam de ser financiadas antecipadamente e com base em previsões de ocorrência que podem não se verificar, para serem pagas apenas se, e quando, efectivamente necessária e realizada a intervenção.
- No caso particular da Concessão Beira Interior, a transferência do risco de tráfego para o parceiro privado.

O sucesso do processo negocial das PPP rodoviárias – com os dois processos agora fechados, estão já concluídos oito – permite assegurar uma redução dos encargos brutos futuros estimada em 7,2 mil milhões de euros ao longo do prazo remanescente dos respectivos contratos, aliviando assim o esforço dos contribuintes portugueses.

**2.** O Conselho de Ministros aprovou o diploma que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos para a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objectivos de coesão social e territorial.

Trata-se de um novo regime de atribuição do subsídio social de mobilidade aos passageiros residentes, residentes equiparados e aos passageiros estudantes, caracterizado por ser um subsídio de valor variável, por viagem, mantendo-se a atribuição directa e posterior aos beneficiários que o solicitarem, mediante prova de elegibilidade, à entidade designada para proceder ao respectivo pagamento.

**3.** O Conselho de Ministros aprovou o decreto regulamentar que executa e desenvolve as alterações feitas na Lei de Estrangeiros, de modo, nomeadamente, a consagrar as alterações no regime das Autorizações de Residência por Investimento (ARI), alterações que visam reforçar, por um lado, oportunidades mais alargadas de investimento e, por outro, os instrumentos de fiscalização externa e interna dos procedimentos.

Com este diploma fica completo o processo legislativo das ARI, o que é também relevante para a respectiva normalidade e celeridade.

**4.** O Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020.

A Estratégia procura reforçar a dimensão estratégica do papel das cidades em vários domínios, como o desenvolvimento económico, a inclusão social, a educação, a participação e a protecção do ambiente.

Nesse sentido, é exigido o envolvimento e compromisso de uma multiplicidade de agentes para que a intervenção vá além da dimensão física do espaço urbano, tendo como objectivo o desenvolvimento territorial do país através do reforço da estruturação urbana e a melhoria da qualidade de vida das populações em meio urbano.

Ao fomentar o aumento da sustentabilidade das cidades, a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 conduzirá igualmente a um aumento da competitividade do País.

**5.** O Conselho de Ministros aprovou a actualização do regime jurídico do licenciamento e do funcionamento das entidades de prestação de serviços na área da protecção contra radiações ionizantes, actualizando os procedimentos de licenciamento.

Este diploma aplica-se às entidades que prestam serviços na área da protecção e segurança contra as radiações ionizantes, designadamente em instalações onde são desenvolvidas práticas nas áreas da medicina, indústria, investigação e ensino.

São ajustadas as valências que estas entidades podem desenvolver, as exigências para a direcção técnica e para os formadores, as situações de incompatibilidade e as disposições relativas à fiscalização.

**6.** O Conselho de Ministros aprovou o diploma que regula a liquidação da Casa do Douro, nos termos do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

O liquidatário é designado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da agricultura, devendo os membros da direcção da Casa do Douro entregar-lhe todos os bens, valores monetários e documentos, nomeadamente os de prestação de contas à data de 31 de Dezembro de 2014, sob pena de responderem solidariamente pelo pagamento integral dos juros da dívida que vencerem a partir do termo do prazo estipulado.

**7.** O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico da resinagem e da circulação da resina de pinheiro no território do Continente.

Este novo regime simplifica e desburocratiza procedimentos, bem como a sua desmaterialização, diminuindo os custos de contexto para os cidadãos e as empresas.

Com o diploma agora aprovado, que consolida e actualiza legislação até aqui dispersa, é ainda garantido o reforço do acompanhamento e fiscalização, assim como a prestação de informação fundamental para o desenvolvimento do sector resinheiro.

**8.** O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece as definições, as denominações, os requisitos de qualidade, as regras de rotulagem e as formas de acondicionamento a que deve obedecer a batata para consumo humano, com exclusão das batatas de conservação destinadas à transformação industrial, assim como o respectivo regime sancionatório.

**9.** O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia relativa às bases de dados informáticas que fazem parte das redes de vigilância veterinária nos Estados-Membros.

Esta directiva tem como objectivo reforçar as medidas de epidemio-vigilância veterinária, estabelecendo um regime de identificação e registo de bovinos.

**10.** O Conselho de Ministros aprovou a alteração dos Estatutos dos Hospitais e Centros Hospitalares, E.P.E., e do Estatuto das Unidades Locais de Saúde, E.P.E., no sentido de permitir a prática clínica por parte dos directores clínicos

que integram os órgãos de gestão do mesmo estabelecimento de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

**11.** O Conselho de Ministros aprovou a instituição da Junta Médica Única para os processos de qualificação como deficientes das Forças Armadas, a funcionar na dependência directa do director do Hospital das Forças Armadas.

A Junta Médica Única é destinada à avaliação clínica, à atribuição do grau de incapacidade e ao estabelecimento do nexo de causalidade com o serviço militar, nos processos de combatentes no ultramar, com vista à qualificação de deficiente das Forças Armadas.

**12.** O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que transpõe a directiva da União Europeia relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (regime CELE), concluindo a transposição dessa mesma directiva no que respeita às actividades de aviação.

**13.** O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projectos públicos e privados susceptíveis de produzir efeitos significativos no ambiente, transpondo a directiva da União Europeia relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente.

Na sequência do trabalho de reflexão conjunta desenvolvido pelas autoridades de AIA verificou-se a necessidade de introduzir adaptações ao regime estabelecido, designadamente no que respeita aos limiares de sujeição obrigatória a AIA de projectos de aterros de resíduos não perigosos e aos prazos de emissão dos pareceres sectoriais das entidades representadas nas comissões de avaliação.

**14.** O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras a solicitação do Banco de Portugal.

Trata-se de uma alteração que visa clarificar que, nos casos de transferência ou alienação parcial da actividade de uma instituição objecto de resolução, carece de autorização do Banco de Portugal o cumprimento de obrigações por ela anteriormente contraídas.

**15.** O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) relativo ao Estabelecimento de um Centro Internacional sob os auspícios da UNESCO para a Formação Avançada de Cientistas dos Países de Língua Portuguesa no âmbito das Ciências Fundamentais.

O Centro ficará sediado em Lisboa e visa desenvolver as capacidades científicas de alto nível em ciências fundamentais de universidades e laboratórios de investigação implantados nos países da CPLP, promovendo a responsabilidade social e a mobilidade dos cientistas a nível regional e internacional.

**16.** O Conselho de Ministros autorizou a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., (ESPAP, I.P.), a realizar a despesa relativa à implementação da solução tecnológica de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GerHuP) nos órgãos e serviços do Ministério da Educação e Ciência.

O montante global autorizado é de aproximadamente 9,22 milhões de euros, valor que será aplicado no período de 2015 a 2019, sendo os encargos financeiros satisfeitos pelas verbas adequadas inscritas e a inscrever no orçamento da ESPAP, I.P.

# Deputados eleitos pela Terceira exigem melhores serviços da SATA

Os deputados do PSD/Açores eleitos pela Ilha Terceira exigiram da SATA e do Governo Regional “explicações sobre o mau serviço que a companhia aérea regional está a prestar à nossa ilha, e que se pode confirmar facilmente pelos maus resultados apresentados pelo turismo, conforme revelam as estatísticas recentes”, revelou o deputado Luís Rendeiro.

“Entendemos que chegou a hora da SATA, que é uma empresa de capitais exclusivamente públicos e detidos pelo Governo Regional, explicar porque é que não tem voos suficientes para a Terceira, porque é que não tem lugares suficientes nos voos para a Terceira. Quer nas ligações interilhas como relativamente aos preços praticados nas ligações da Terceira para o Continente, são condições que têm tornado virtualmente impossível visitar a ilha”, avança o social-democrata.

Luís Rendeiro considera que “esta situação está claramente a prejudicar o turismo na Terceira e a circulação de turistas e passageiros no espaço regional e nas ligações com o exterior. Cabe ao Governo Regional explicar porque é que a SATA está claramente a prejudicar o turismo na Terceira”, referiu.

Para o deputado do PSD/Açores, esta realidade “está em contraciclo com o que se passa no resto da Região, pelo que exigimos responsabilidades a quem as tem. E a SATA tem de explicar as suas opções de gestão, que estão a prejudicar a ilha Terceira”.

Os deputados social-democratas vão pedir uma reunião do Conselho de Ilha, para que “aquele órgão, e o seu presidente, possam reivindicar junto da SATA um melhor serviço público, melhores ligações áreas para a Terceira, preços melhores e uma gestão que deixe de condicionar e de estrangular o desenvolvimento do turismo na Terceira, como está a acontecer agora”.

## PSD/Açores denuncia mau serviço da SATA na Ilha das Flores

O PSD/Açores denunciou o “mau serviço” que a SATA tem prestado à Ilha das Flores, referindo que a empresa “não consegue dar resposta ao aumento de passagerei-



ros, na medida em que não conseguem confirmar as suas viagens em tempo útil”, revelou também o deputado Bruno Belo.

De acordo com o social-democrata, a situação “já levou mesmo a que a alguns passageiros, de forma isolada, mas sobretudo alguns grupos, tenham cancelado as suas férias nas Flores. Tudo porque não tinham a garantia de voar nas datas pretendidas e consequentemente procuraram outro destino”. “Existem passageiros há cerca de dois meses a aguardarem pela confirmação dos seus voos”, realça Bruno Belo.

O parlamentar diz também que a situação “só não se torna mais grave porque, tanto o pessoal de terra como o pessoal de voo, tudo fazem para tentar minimizar esses problemas”.

“Não se compreende que a SATA, uma empresa de capitais públicos, cujo único accionista é o Governo Regional, não acautele do ponto de vista do planeamento e da estratégia o previsível aumento de passageiros nos aeroportos dos Açores”, acrescenta Bruno Belo.

O deputado do PSD/Açores exemplifica “essa falta de planeamento”, referindo que, “no passado dia 2 de Julho, um dos aparelhos Q400 voou apenas 2 horas e 5 minutos, no dia 3 de Julho voltou a voar as mesmas 2 horas e 5 minutos e, no dia 4 de Julho, simplesmente não voou”.



# Cursos de inserção de jovens com atrasos no pagamento de quase um ano

O PSD/Açores questionou o Governo regional sobre atrasos, “de quase um ano”, no pagamento de subsídios de alimentação e custos inerentes a dois cursos do Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ), ministrados na Escola Básica e Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo. Segundo a deputada Judite Parreira, “as turmas de Nível IV do Curso Técnico Comercial e do Curso Técnico de Electrotecnia, com cerca de 15 alunos cada, terminaram os seus cursos em Agosto de 2014, e nunca receberam o valor relativo ao subsídio de alimentação - cerca de 4,27 euros diários - nos meses de estágio”. Além disso, “a própria Escola Básica e Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade entregou, atempadamente, toda a documentação e facturação - cerca de 70 mil euros - relativa a custos com os referidos cursos. E ainda nunca recebeu”, refere a parlamentar.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, a social-democrata quer respostas do Governo Regional para esse atraso, “de cerca de um ano, nos pagamentos”, solicitando igualmente uma previsão da tutela “para que sejam regularizados os montantes em dívida”, explica.

“Considerando as dificuldades económicas com que se debatem muitas famílias açorianas, bem como o esforço feito pelas escolas na gestão dos seus recursos financeiros, os valores em falta são de crucial importância”, diz Judite Parreira.

“A escola em questão e os alunos aguardam aqueles



pagamentos há sensivelmente um ano, pelo que se sentem defraudados pelo incumprimento do mesmo”, acrescenta a deputada, que também solicitou ao

executivo informações, “de modo a saber se existem mais alunos de cursos de PROFIJ na Região em iguais circunstâncias”, concluiu.

Número 621 • 30 DE JULHO de 1986 • Preço 30\$00

# Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATÁ • Director: Vítor Crespo

**Cavaco Silva categórico**

## NÃO GASTAREMOS LEVIANAMENTE HOJE O QUE DEVE SERVIR PARA O FUTURO

**Intervenção no encerramento da «Jornada do Investidor do Comércio e Serviços» em 25 de Julho de 1986**

**Recusamo-nos a entrar por uma via de desbaratar os ganhos que advêm para Portugal devido à baixa do preço do petróleo**

O programa do Governo que, com determinação temos vindo a executar define claramente como objectivos primordiais, no domínio da política económica, construção das bases para um desenvolvimento sólido e sustentado do País e a melhoria das condições de vida da população.

A prossecução de tais objectivos pressupõe uma actuação firme visando corrigir os desequilíbrios macro-económicos que, no passado, tão negativamente afectaram a economia portuguesa: elevada taxa de inflação, o desequilíbrio das contas externas e o déficite das

inflação atingiu 11,7%, quando em igual mês de 1985 se situava em 20,1% e em Junho de 1984 ultrapassava 30%.

Quando há oito meses o Governo anunciou o objectivo de baixar a inflação para 14% em 1986 muitos foram os que manifestaram grande cepticismo.

Chegou-se a afirmar que era um objectivo impossível de alcançar, principalmente devido à entrada em vigor do IVA, em Janeiro. Os críticos de ontem apressam-se agora a esquecer as suas afirmações de então e procuram um sem número de argumentos para jus-

coerente e concertada do domínio das taxas de juro, da taxa de câmbio e da política de rendimentos, de modo a eliminar os ciclos viciosos inflação/desvalorização, taxa de juro/inflação e salários/inflação em que estava mergulhada a economia portuguesa.

Hoje já não se põem em causa os objectivos da inflação de 12% para este ano e de 9 a 10% para 1987. Com a política que temos vindo a seguir, em finais de 1988, estaremos com a inflação média dos países das comunidades europeias, passo decisivo para prosseguirmos o desenvolvi-

sentido foram dinamizados novos instrumentos do mercado financeiro e adoptaram-se incentivos de natureza fiscal, atendo sido concedida isenção de pagamento do imposto de capitais para as contas de depósito de poupança de reformados.

A desvalorização deslizando do escudo foi inicialmente suspensa durante 4 meses, como forma de provocar a inversão das expectativas inflacionistas, salvaguardando, no entanto, a competitividade das empresas nacionais.

A retoma da desvalorização ocorreu em Abril passado, com um ritmo de 0,9% ao mês para o segundo trimestre, tal como fora inicialmente previsto. O êxito alcançado no

**CIDADE BRASILEIRA VAI INAUGURAR UMA PRAÇA SÁ CARNEIRO**

(Pág. 3)

### Existe uma retoma clara do investimento, nomeadamente por parte das famílias

finanças públicas.

Sem o domínio destes três aspectos básicos não será possível realizar a modernização do País, combater o desemprego e reduzir o fosso que nos separa dos nossos parceiros comunitários.

Nos primeiros meses do seu mandato, o Governo prestou atenção particular ao combate à subida dos preços.

Tomaram-se as medidas apropriadas e hoje já ninguém, com alguma credibilidade, ousa negar o êxito conseguido, pois os resultados estão bem à vista.

Em Junho último a taxa de

tificar o falhanço das suas previsões e desvalorizar um resultado que se deve essencialmente à política do Governo.

Alguns vão ao ponto de afirmar que tudo se deve à baixa do preço do petróleo, quando é sabido que o Governo, numa atitude responsável, não promoveu a repercussão dessa baixa nos preços dos combustíveis no consumidor final.

Não teria sido possível ganhar a batalha do controlo da subida dos preços sem a inversão das expectativas inflacionistas dos agentes económicos. Para os resultados conseguidos foi decisiva a actuação

mento sustentado do País e realizarmos a modernização da nossa economia.

No curto espaço de sete meses foi já possível baixar as taxas de juro em 8,5 pontos percentuais, contribuindo assim, de forma decisiva, para a melhoria da situação financeira das empresas e para o relançamento do investimento produtivo.

Esta descida apreciável da taxa de juro foi acompanhada de medidas que procuram salvaguardar a remuneração da poupança, que tem de continuar a ser incentivada. Nesse

**TEMPO DE ANTENA DO PSD HOJE na RDP — ANTENA 1 Após o Noticiário das 13 h**

## NOVAS MEDIDAS DE APOIO À JUVENTUDE FACILITADA A ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

(Pág. 3)

# O elogio da verdade

Rosa Arezes (\*)

À medida que o tempo avança e o terreno lhe foge, assistimos a um discurso cada vez mais populista do líder cor-de-rosa. No meio da desilusão de quem não descola para o paraíso prometido, dir-se-ia que António Costa já não se limita a fazer o elogio da Verdade. Em desespero notório, ele já fala a verdade que lhe vai na alma e a sua verdade o que dita é apenas a agressividade fácil, o insulto gratuito, a ofensa grosseira.

Aquilo a que assistimos, nos últimos dias, é a confirmação de uma deriva radical e extremista que, certamente, vai muito para além da linguagem imprópria. Basta recuar a janeiro e lembrar o entusiasmo com que Costa aplaudiu a vitória do Syriza e aclamou o novo ciclo que Tsipras ia oferecer à Europa.

Por mais que o senhor fique zangado com as boas notícias. Por mais que tente construir a realidade à sua maneira. Por mais que propagandeie a sua narrativa, a Verdade fala por si. E mostra bem como o que vai na alma de António Costa inspira tudo menos confiança e mobilização dos Portugueses.

Numa coisa tem alguma razão o líder cor-de-rosa: “as pessoas sabem bem o que é que aconteceu em Portugal nos últimos quatro anos”. Teria toda a razão, se afirmasse que os Portugueses sabem bem o que é que aconteceu na última década. Porque é isso mesmo o que está em causa!

Em 2011, Sócrates e Costa e demais camaradas socialistas deixaram-nos um país falido, a ter que pedir ajuda externa. Deixaram-nos a troika cá dentro a ditar regras e a limitar boa parte da nossa soberania. Deixaram-nos o garrote do Memorando para cumprir, uma economia em recessão, um défice público superior a 10%, seis anos seguidos de aumento do desemprego. Deixaram-nos no mais completo descrédito e numa crise social e económica generalizada. Tudo isto apesar dos enormes investimentos públicos que nos levaram às portas da bancarrota.

Quatro anos volvidos, o País é outro. Graças ao espírito de sacrifício dos Portugueses e à determinação e sentido de responsabilidade do atual Governo, liderado por Pedro Passos Coelho, mandamos a troika embora, sem necessidade de segundo resgate, nem sequer de um cautelar. Estamos numa dinâmica de crescimento sustentado da nossa economia, com o desemprego a baixar de forma consistente. E estamos a caminho de um défice inferior a 3%, o mais baixo desde o 25 de abril. Recuperamos a autonomia e a credibilidade, preparamos o País para encarar o futuro com confiança, devolvemos a esperança e o direito de sonhar aos Portugueses.

Os socialistas, esses, não só criaram o problema, como se recusaram sempre em participar na solução. Pior! Defenderam um caminho populista que não tinha nada



a ver com o que haviam negociado e assinado com a troika.

Felizmente para os Portugueses, nestes quatro anos os socialistas de António Costa enganaram-se em tudo quanto defenderam e todas as suas profecias catastrofistas falharam rotundamente.

Felizmente, Passos Coelho e o Governo não hesitaram e os Portugueses souberam estar à altura dos desafios. Porque, se o País tivesse seguido o caminho cor-de-rosa, muito provavelmente estaríamos hoje encostados à Grécia. E a única coisa que desejaríamos festejar nesta semana seria a reabertura simbólica dos bancos.

Bem vistas as coisas, se a herança socialista em 2011 foi miserável, o contributo cor-de-rosa nestes quatro anos não é melhor. E aquilo a que se comprometem para o futuro próximo é mais do mesmo.

Por mais que desdenhe o esforço dos Portugueses. Por mais que denigre o trabalho realizado. Por mais que apouque os progressos conseguidos, António Costa jamais conseguirá reescrever a Verdade.

E a verdade é que, com esta coligação, Portugal está à frente!

(\*) *Deputada do PSD*



# WWW.PSD.PT

# Agenda de valor

Jaime Quesado (\*)

O Programa “Pólos de Competitividade”, estratégico para o desenvolvimento do país constitui uma aposta central na aplicação de um novo Modelo Estratégico para a Economia Portuguesa. Em tempo de profunda crise internacional, com a maior parte dos sectores de actividade confrontados com falta de perspectivas de recuperação, a dinamização deste Projecto é essencial. Os “Pólos de Competitividade”, como projectos integridados de base regional, acabam por ser um importante teste à capacidade de encontrar novas soluções associadas à Inovação e Conhecimento, criando condições para uma nova aposta para o futuro.

Os actores económicos e sociais (Municípios, Universidades, Associações Empresariais, entre outros) na apresentação de soluções estratégicas para os Pólos de Competitividade acabaram por ser uma surpresa positiva. Desde o “Health Cluster” ao Automóvel e às TIC, entre outros, todos os protagonistas do conhecimento vieram a jogo. Trata-se dum movimento de “aglomeração de base” da sociedade civil, numa lógica de “eficiência colectiva” em que a capacidade regional de afirmar capacidades numa lógica mais global vem ao de cima. Os objectivos estratégicos dos Pólos são claramente um exemplo de exame à capacidade efectiva dos territórios de “agarrarem” o desafio da Competitividade numa forma estruturada e coerente.

O sucesso dos Pólos de Competitividade é fundamental para o futuro do país. É um objectivo que não se concretiza meramente por decreto. É fundamental que a sociedade civil agarre de forma convicta este desígnio e faça da criação destas “Novas Plataformas de Competitividade” a verdadeira aposta estratégica colectiva para os próximos anos. O que está verdadeiramente em causa em tudo isto é a assumpção por parte do país dum verdadeiro desígnio estratégico de alterar o modelo mais recente de evolução de desenvolvimento económico. Inovação, Conhecimento e Criatividade são as palavras-chave de uma estratégia centrada na criação de valor Global com efeito no Emprego e Riqueza. O papel do Investimento Directo Estrangeiro de Inovação, articulado com Universidades e outros Centros de Competência, vai ser decisivo nesta área e ao Estado caberá a inelutável missão de regular com rigor e sentido estratégico. Mas a chave do segredo estará na capacidade local de fazer a diferença. Os Actores da Competitividade (Municípios, Universidades, Associações Empresariais) terão que saber desenvolver um verdadeiro “pacto estratégico” para o futuro do seu território. E as opções terão que ser claramente assumidas. Por isso, impõe-se que rapidamente este Projecto Estratégico passe para a Agenda da Competitividade e Crescimento. Competir com Valor é a única opção que se impõe nos próximos tempos complexos que se desenham no futuro mais próximo.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



## ALMADA

Ao abrigo dos artigos 69.º a 71.º e 118.º, n.ºs 1 a 3 dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o I Plenário Concelhio Extraordinário da JSD Almada a reunir no próximo dia 30 de Julho de 2015, pelas 21:00, na Sede Concelhia do PSD Almada sita na Rua da Liberdade, n.º 38-A Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política Local e Nacional.

## SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Santo Tirso, a reunir no próximo dia 30 de Julho de 2015, pelas 21h30m, na Sede Concelhia do PSD Santo Tirso sita no Largo Coronel Baptista Coelho, n.º 21 em Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Outros assuntos de interesse.

## NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário do Núcleo do Centro Histórico da JSD Porto para reunir no próximo dia 31 de Julho de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD/JSD de Paranhos, sita no Largo do Campo Lindo, nr. 63 - Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Outros Assuntos;

## COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Covilhã para reunir, ordinariamente no próximo dia 2 de Agosto de 2015, pelas 10h15m, na Sede da JSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, nr. 46 - 1.º Dt., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política local e nacional;
- 3 - Votação do Plano de Actividades da CPC;
- 4 - Nomeação de um Vice-Presidente Coordenador;
- 5 - Outros Assuntos;